

IGUAIS, MAS DIFERENTES

Philip Terzakis
Da equipe do Correio

Acampamento da Telebrasília. Às margens do Lago Paranoá, perto da 616 Sul, moram 350 famílias. A vila tem 40 anos. Mais velha que Brasília, abrigou funcionários públicos que vieram construir a nova capital do país. O tempo passou. Muitas famílias foram viver em outras cidades do Distrito Federal. Os que ficaram não desistem: querem receber lotes.

Invasão da Estrutural. No quilômetro 7 da Estrada Parque Ceilândia ou Via Estrutural surgiu uma cidade que hoje tem 3,3 mil famílias. Foi na década de 60 que famílias passaram a viver do lixo e dos entulhos da construção de Brasília que ali eram depositados. O comércio ilegal de lotes inchou a vila. Os moradores insistem: querem receber lotes.

Duas ocupações irregulares de área pública. Bastante diferentes. Iguais em apenas um ponto: nenhuma delas pode ficar onde está. No entanto, recebem tratamento diferente do Governo do Distrito Federal. Enquanto ele tenta regularizar o Acampamento da Telebrasília, briga para transferir os moradores da Invasão da Estrutural para o Recanto das Emas.

O principal argumento do governo para manter a vila na Asa Sul é o chamado "valor histórico do lugar". "O acampamento viabili-

zou a construção de Brasília. Por isso, eles têm o direito de ficarem em suas casas", defende a diretora de Planejamento do Instituto de Desenvolvimento Habitacional (Idhab), Tássia Regino.

Entretanto, de acordo com a legislação que protege a arquitetura e o urbanismo de Brasília, a vila não tem valor histórico nenhum. Essa é a opinião de técnicos do Instituto e do Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan e Depha). É deles a palavra final sobre a legalização da vila — idéia que não é bem recebida pelas duas instituições.

HISTÓRIA

Em 1992, os dois órgãos emitiram parecer desfavorável à regularização do acampamento. Pelo jeito, não mudaram de idéia. "Não há nada de histórico ali. A tentativa de se preservar os acampamentos de pioneiros é um engodo. As construções antigas nunca são respeitadas", diz José Leme Galvão Júnior, do Iphan.

Segundo ele, na Vila Planalto a maior parte dos velhos prédios já foram destruídos. No Acampamento da Telebrasília, parece que não vai ser diferente. Os moradores montaram uma cooperativa para comprar material para construir as novas casas, assim que o lugar for regularizado. Bem na entrada da vila, foi depositada uma pilha de tijolos.

"Não vamos destruir todas as casas. Vamos preservar algumas,

como na Vila Planalto. O importante é preservar a organização espacial e o modo de vida do lugar", acredita o vice-presidente da Associação de Moradores do Acampamento da Telebrasília (Amat), João Almeida. Ele afirma que muitas casas precisam urgentemente de reforma.

Na época, os pareceres impediram a aplicação da Lei 161/91, aprovada pela Câmara Legislativa, que regulariza a vila. A lei é de autoria do deputado distrital Eurípedes Camargo (PT), um tipo de *padrinho* do lugar. A falta de um Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e de um Relatório de Impacto do Meio Ambiente (Rima) foi outro obstáculo.

Hoje, no poder, o PT batalha pela fixação do Acampamento da Telebrasília. Realizou o EIA-Rima, que foi aprovado em fevereiro deste ano pelo Instituto de Ecologia e Meio Ambiente (Iema). O projeto urbanístico da vila está em fase de conclusão. O próximo passo será consultar o Iphan e o Depha mais uma vez. Mas os prazos ainda são incertos.

Apesar de sua porção histórica, a Invasão da Estrutural é vista com menos tolerância pelo governo. "A localização e o tamanho da Estrutural tornam impossível qualquer assentamento", afirma o secretário de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia, Chico Floresta. Tássia Regino concorda.